AFO

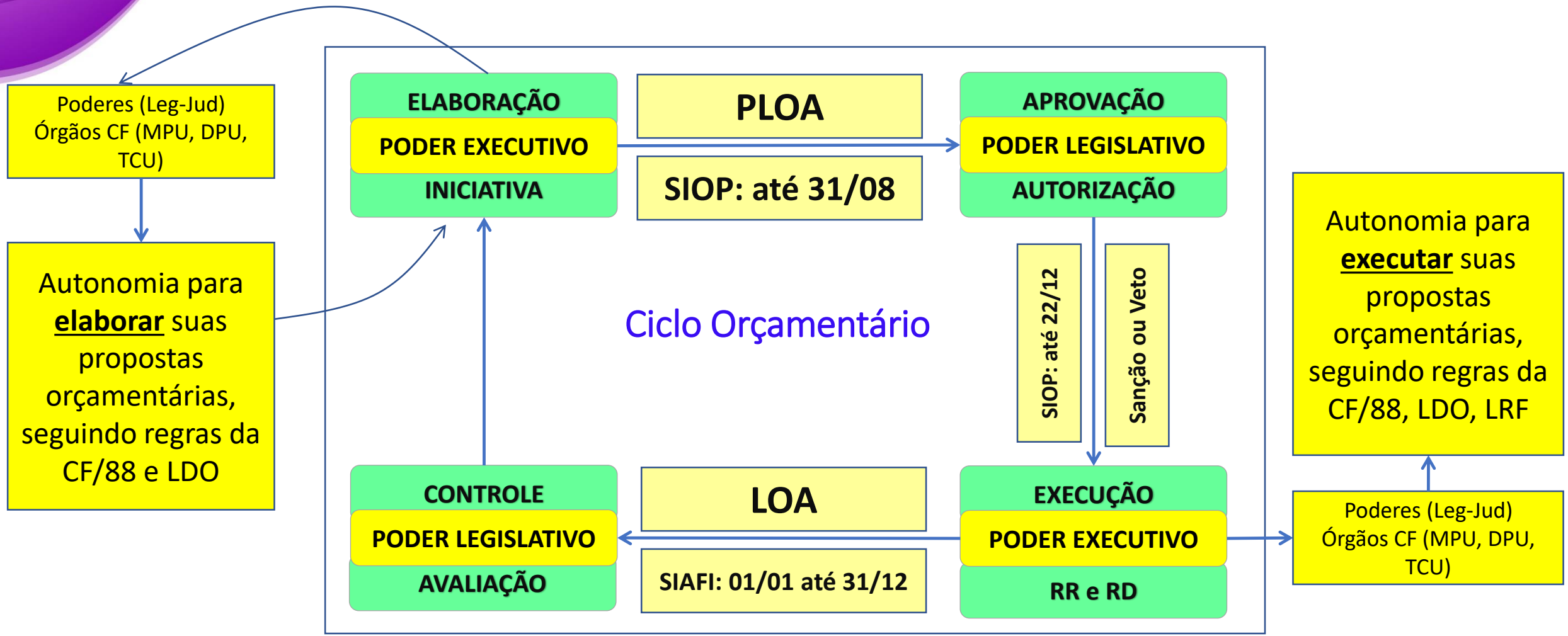
Professor Paulo Lacerda

@ProfessorPauloLacerda

Ciclo Orçamentário
Elaboração e Aprovação

IGEPP ONLINE

Ciclo Orçamentário


Poderes (Leg-Jud) Órgãos CF (MPU, DPU, TCU)
Autonomia para elaborar suas propostas orçamentárias, seguindo regras da CF/88 e LDO
ELABORAÇÃO
PODER EXECUTIVO
INICIATIVA
PLOA
SIOP: até 31/08
APROVAÇÃO
PODER LEGISLATIVO
AUTORIZAÇÃO
Ciclo Orçamentário
SIOP: até 22/12
Sanção ou Veto
CONTROLE
PODER LEGISLATIVO
AVALIAÇÃO
LOA
SIAFI: 01/01 até 31/12
EXECUÇÃO
PODER EXECUTIVO
RR e RD
Autonomia para executar suas propostas orçamentárias, seguindo regras da CF/88, LDO, LRF
Poderes (Leg-Jud) Órgãos CF (MPU, DPU, TCU)

FGV - 2021 - TCE-AM - Auditor Técnico de Controle Externo - Obras Públicas - 2ª dia) O processo orçamentário a que estão sujeitos os entes públicos, conforme a legislação brasileira, é cíclico. Uma das particularidades do processo orçamentário é que:

A) os atos estão sujeitos a controle interno e externo;

B) as competências dos poderes são alternadas a cada ciclo;

C) o ciclo começa com a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias;

D) a execução do plano plurianual coincide com o período de um mandato eletivo;

E) os prazos de elaboração e aprovação dos orçamentos são os mesmos para todos os entes federativos.

FGV - 2021 - TCE-AM - Auditor Técnico de Controle Externo - Obras Públicas - 2ª dia) O **processo orçamentário** a que estão sujeitos os entes públicos, conforme a legislação brasileira, é **cíclico**. Uma das **particularidades** do **processo orçamentário** é que:

A) os atos estão sujeitos a controle interno e externo;

B) as **competências** dos poderes **são alternadas** a cada ciclo;

C) o **ciclo** começa com a **aprovação** da **lei de diretrizes orçamentárias**;

D) a **execução** do **plano plurianual** **coincide** com o período de um mandato eletivo;

E) os **prazos** de **elaboração** e **aprovação** dos orçamentos **são os mesmos** para todos os entes federativos.

(FGV - Prefeitura de Salvador/BA - Fiscal de Serviços Municipais - 2019) O Ciclo Orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário. Assinale a opção que indica a fase em que a arrecadação de receita pública e a realização da despesa pública são efetivadas.

A) Elaboração.

B) Discussão.

C) Aprovação.

D) Execução.

E) Avaliação e controle.

(FGV - Prefeitura de Salvador/BA - Fiscal de Serviços Municipais - 2019) O Ciclo Orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário. Assinale a opção que indica a fase em que a arrecadação de receita pública e a realização da despesa pública são efetivadas.

Execução

- **Enfoque Orçamentário**
  - **Receita**: reconhecida pelo regime de **caixa**, na fase de **arrecadação**
    Despesa: reconhecida pelo regime de **competência**, na fase de **empenho**
  - **Lei 4320/64**
    Direito Financeiro
- **Enfoque Patrimonial**
  - **Receita**: reconhecida pelo regime de **competência**, na fase de **lançamento**
    Despesa: reconhecida pelo regime de **competência**, na fase de **liquidação**
  - **MCASP, STN e CFC**
    Direito Econômico

(FGV - Prefeitura de Salvador/BA - Fiscal de Serviços Municipais - 2019) O Ciclo Orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário. Assinale a opção que indica a fase em que a **arrecadação** de **receita** pública e a **realização** da **despesa** pública são efetivadas. **(segundo a Lei nº 4.320/64)**

A) Elaboração.

B) Discussão.

C) Aprovação.

D) Execução.

E) Avaliação e controle.

(FGV - 2022 – SEFAZ/ES - Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Econômicas e Ciências Contábeis – Manhã) O ciclo orçamentário compreende o período em que as atividades típicas do Orçamento Público são processadas. Sobre a fase de avaliação, assinale a afirmativa correta.

A) Verifica a conformidade e propõe ações corretivas, com foco retrospectivo.

B) Realiza estudos onde são definidas prioridades e fixados objetivos com foco retrospectivo.

C) Analisa a conveniência, oportunidade e necessidade da execução das despesas autorizadas, com foco prospectivo.

D) Estima recursos financeiros necessários à realização das políticas públicas inseridas no orçamento sob a ótima de programas, com foco prospectivo.

E) Visa ao aperfeiçoamento da gestão e avalia os resultados, com foco prospectivo.

(FGV - 2022 – SEFAZ/ES - Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Econômicas e Ciências Contábeis – Manhã) O ciclo orçamentário compreende o período em que as atividades típicas do Orçamento Público são processadas. Sobre a fase de **avaliação**, assinale a afirmativa correta.

A) Verifica a conformidade e propõe ações corretivas, com foco **retrospectivo**.

B) **Realiza estudos** onde são definidas prioridades e fixados objetivos com foco retrospectivo.

C) Analisa a conveniência, oportunidade e necessidade da execução das despesas autorizadas, com foco prospectivo.

D) **Estima** recursos financeiros necessários à realização das políticas públicas inseridas no orçamento sob a ótima de programas, com foco prospectivo.

E) Visa ao aperfeiçoamento da gestão e avalia os resultados, com foco prospectivo.

(FGV - 2019 – TJ/CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária) O Secretário de Finanças do Município Alfa expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça informando que o setor técnico do Poder Executivo concluíra a elaboração da proposta orçamentária do próximo exercício financeiro, afeta ao Poder Judiciário. Solicitou que fosse informado caso houvesse alguma observação a ser feita em relação à proposta antes do seu encaminhamento ao Poder Legislativo. Considerando a sistemática constitucional, o proceder do Poder Executivo é:

A) correto, pois somente o Poder Executivo pode encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo;

B) correto, pois a proposta elaborada pelo Poder Executivo deve ser aprovada pelo Judiciário, que a encaminhará ao Legislativo;

C) incorreto, pois compete ao Tribunal de Justiça elaborar a sua proposta orçamentária, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

D) incorreto, pois compete ao Poder Legislativo aprovar a proposta orçamentária que será submetida à apreciação dos demais Poderes;

E) correto, pois a receita pública é arrecadada pelo Poder Executivo, daí decorrendo a sua competência para fixar os limites da despesa pública.

(FGV - 2019 – TJ/CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária) O Secretário de Finanças do Município Alfa expediu ofício ao **Presidente do Tribunal de Justiça** informando que o setor técnico do Poder Executivo concluíra a elaboração da proposta orçamentária do próximo exercício financeiro, afeta ao Poder Judiciário. Solicitou que fosse informado caso houvesse alguma observação a ser feita em relação à proposta antes do seu **encaminhamento ao Poder Legislativo**. Considerando a sistemática constitucional, o proceder do Poder Executivo é:

A) **correto**, pois somente o Poder Executivo pode encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo;

B) **correto**, pois a proposta elaborada pelo Poder Executivo deve ser aprovada pelo Judiciário, que a encaminhará ao Legislativo;

C) incorreto, pois compete ao Tribunal de Justiça elaborar a sua proposta orçamentária, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

D) incorreto, pois compete ao Poder Legislativo aprovar a proposta orçamentária **que será submetida à apreciação dos demais Poderes**;

E) **correto**, pois a receita pública é arrecadada pelo Poder Executivo, daí decorrendo a sua competência para fixar os limites da despesa pública.

(FGV - Câmara de Salvador - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria - 2018) No ciclo de elaboração do orçamento público, os poderes Executivo e Legislativo têm funções legalmente estabelecidas. São funções do Poder Legislativo:

A) elaboração e acompanhamento;

B) elaboração e sanção;

C) apreciação e execução;

D) aprovação e avaliação;

E) sanção e avaliação.

(FGV - Câmara de Salvador - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria - 2018) No ciclo de elaboração do orçamento público, os poderes Executivo e Legislativo têm funções legalmente estabelecidas. São funções do **Poder Legislativo**:

A) elaboração e acompanhamento;

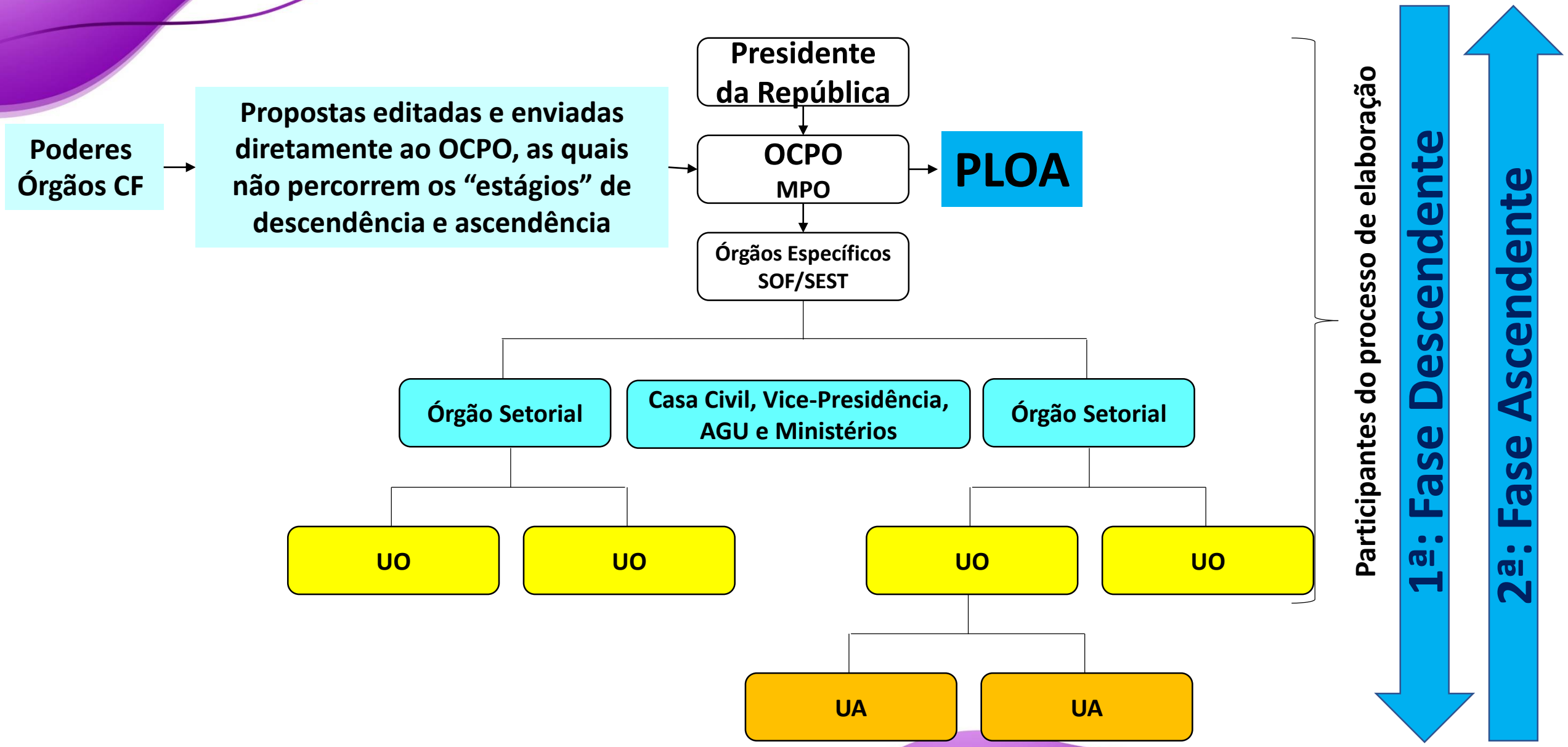
B) elaboração e sanção;

C) apreciação e execução;

D) aprovação e avaliação;

E) sanção e avaliação.

Elaboração


Poderes
Órgãos CF
Propostas editadas e enviadas diretamente ao OCPO, as quais não percorrem os "estágios" de descendência e ascendência
Presidente da República
OCPO
MPO
PLOA
Órgãos Específicos
SOF/SEST
Órgão Setorial
Casa Civil, Vice-Presidência, AGU e Ministérios
Órgão Setorial
UO
UO
UO
UO
UA
UA
Participantes do processo de elaboração
1ª: Fase Descendente
2ª: Fase Ascendente

(FGV - 2023 - CGE-SC - Auditor do Estado Administração) De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas. Integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central, os órgãos setoriais e os órgãos específicos. Em relação aos órgãos setoriais e específicos, assinale a afirmativa correta.

A) Os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

B) Os órgãos setoriais são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

C) Os órgãos específicos são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

D) O órgão setorial da Casa Civil da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República, ressalvados outros determinados em legislação específica.

E) As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas aos Ministérios e órgãos setoriais ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica exclusiva do respectivo órgão setorial.

(FGV - 2023 - CGE-SC - Auditor do Estado Administração) De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas. Integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central, os órgãos setoriais e os órgãos específicos. Em relação aos órgãos setoriais e específicos, assinale a afirmativa correta.

A) Os órgãos **setoriais** e **específicos** ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do **órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados**.

B) Os órgãos **setoriais** são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

C) Os órgãos **específicos** são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

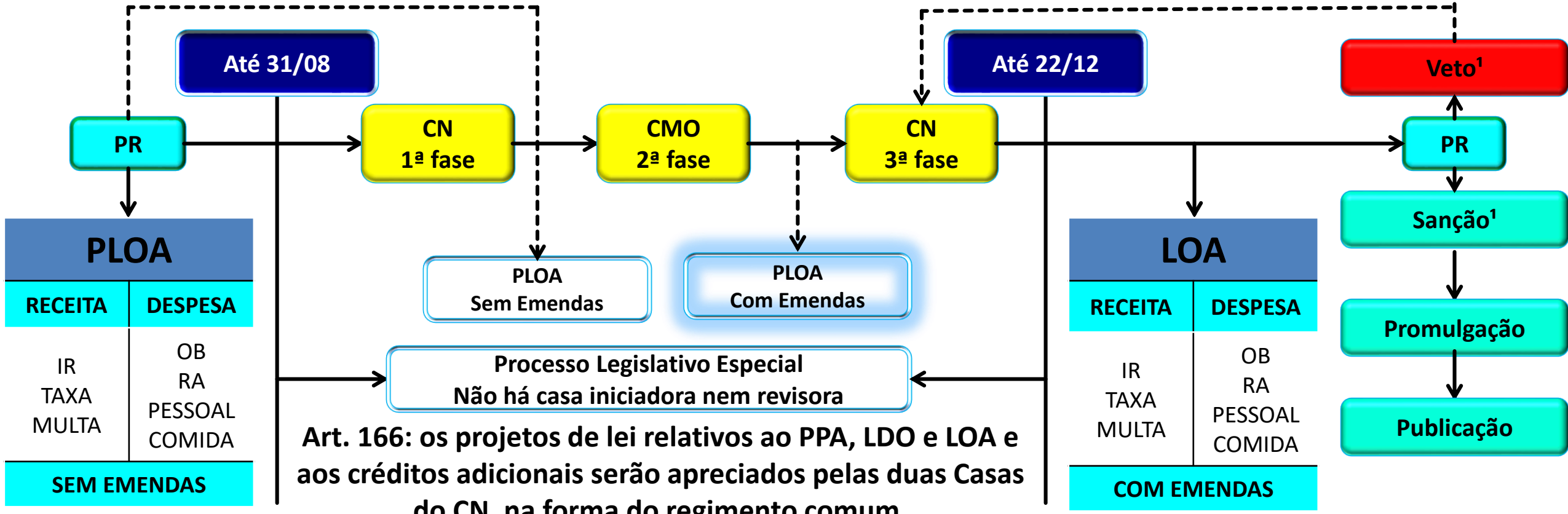
D) O órgão setorial da Casa Civil da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República, ressalvados outros determinados em legislação específica.

E) As unidades de **planejamento** e **orçamento** das entidades vinculadas aos **Ministérios** e **órgãos setoriais** ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica exclusiva do respectivo órgão **setorial**.

Aprovação

Art. 166, § 5º, CF/88: O PR poderá enviar mensagem ao CN para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na CMO, da parte cuja alteração é proposta.

Os motivos do Veto devem ser enviados até 48h ao CN, que, em até 30 dias, sobre eles deliberará, podendo rejeitá-lo por Maioria absoluta.



Art. 166: os projetos de lei relativos ao PPA, LDO e LOA e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do CN, na forma do regimento comum.

Aprovação

Emendas de:

- Texto;
- Receita:
  - Reestimativa: erro ou omissão de ordem técnica e legal;
    - Diminuindo o valor;
    - Aumentando o valor → o saldo: reserva de recursos;
  - Renúncia:
    - Diminuindo o valor.
- Despesa:
  - Supressiva ou Cancelamento;
  - Apropriação;
  - Remanejamento.

Emendas de Execução Obrigatória (Emendas Impositivas)
1) Bancada Estadual; e 2) Individuais por Parlamentar

<u>Apropriação</u>: acréscimo ou inclusão de despesa; fonte: reserva de recursos e outras de parecer preliminar da CMO
<u>Remanejamento</u>: acréscimo ou inclusão de despesa; fonte: advindas de anulação de despesa, salvo, despesa com pessoal e seus encargos, transferências constitucionais tributárias a outros entes, serviço da dívida.

Emendas de Execução Obrigatória

Área \ Ação	Ato de Emendar (ex.: 2022)				Ato de Executar as Emendas (ex.: 2023)			
	Base	De qual ano	%	Nº de emendas	Base	De qual ano	%	Nº de emendas
Bancada Estadual	RCL	Realizada no ano anterior (ex.: 2021)	1	18 a 23	RCL	Realizada há 2 anos (ex.: 2021)	1	18 a 23
Individuais*			2	25			2	25
Deputados*	1,55% caberá às emendas de **Deputados Federais**				Proporcional ao tamanho da bancada			
Senadores*	0,45% caberá às emendas de **Senadores da República**							
Competência	Parlamentar				do Chefe do Poder Executivo			
Ação	Discricionária				Vinculada, exceto casos de impedimentos			

Segundo a Lei 4320/64, não serão admitidas emendas ao projeto de lei de orçamento que visem:

- **Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta;**
- **Conceder dotação para:**
  - **Início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;**
  - **Instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;**
  - **Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do poder legislativo para concessão de auxílios e subvenções.**

Emendas Individuais

Valor, de Execução Obrigatória, será destinado

- **União**
- **Outros Entes**
  - Transferência Definida
    - Com Carimbo
    - Pertence à União
    - Não tem limite mínimo
  - Transferência Especial
    - Sem Carimbo
    - Pertence ao Ente Beneficiado
    - 70% deve ser aplicado em DK

Em ambos os casos:

1. **O valor será aplicado pelo ente beneficiado;**
2. **Os recursos transferidos <u>não integrarão</u> a receita do ente beneficiado para fins de <u>repartição</u> e para o <u>cálculo</u> dos <u>limites da despesa com pessoal ativo e inativo</u> e de <u>endividamento.</u>**

Varaiveis \ Transferência	Especial	Fim Definido
Emenda	Individual impositiva	
"Carimbo"/Destinação	Não	Sim
Valor Pertence ao	Ente Beneficiado	Ente Transferidor
Aplicação do R$ em programas do		
Valores	70% ou + em Despesa de Capital	Livres
Transparência	Diminui	Aumenta
Infringe, *a priori*, o Princípio da Publicidade	Sim – "Orçamento Secreto"	Não
Integram a receita do beneficiado	Sim	
	Salvo: para fins de limites e cálculos de despesa com pessoal e endividamento.	
Vedação de Aplicação	I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; II - encargos referentes ao serviço da dívida.	
Convênio ou Congêneres	Dispensável	Indispensável
Os recursos pertencerão ao ente beneficiado no ato de	Transferência financeira efetiva Regime de Caixa	Aprovação da emenda Regime de Competência

(FGV - 2023 - CGM - RJ - Técnico de Controle Interno) Conforme disposições constitucionais, as emendas parlamentares individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL), de acordo com a seguinte configuração:

A) 1,0% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde; as emendas de bancada.

B) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

C) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

D) 2,0% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

E) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde.

(FGV - 2023 - CGM - RJ - Técnico de Controle Interno) Conforme disposições constitucionais, as emendas **parlamentares individuais** apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL), de acordo com a seguinte configuração:

A) **1,0%** da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde; **as emendas de bancada (sem a destinação de % à saúde)**

B) **1,2%** da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde; **era assim**

C) **1,2%** da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

D) 2,0% da RCL **prevista no PLOA**, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

E) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde.

(FGV - 2023 - CGM - RJ - Técnico de Controle Interno) Conforme disposições constitucionais, as emendas **parlamentares individuais** apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL), de acordo com a seguinte configuração:

A) **1,0%** da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde; **as emendas de bancada (sem a destinação de % à saúde)**

B) **1,2%** da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde; **era assim**

C) **1,2%** da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

D) 2,0% da RCL **prevista no PLOA**, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;

E) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde.

(FGV - 2022 - TCE-TO - Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis) Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R$ 800 mil. Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

A) até R$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;

B) até R$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;

C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;

D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;

E) pelo menos R$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

(FGV - 2022 - TCE-TO - Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis) Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R$ 800 mil. Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

A) até R$ **200** mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;

B) até R$ **200** mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;

C) o valor deverá ser **igualmente** dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;

D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da **União**;

E) pelo menos R$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

70% de R$ 800mil

= 0,7 x 800 mil

= R$ 560mil deverá ser aplicado em despesa de capital

(FGV - 2022 - SEFAZ-AM - Assistente Administrativo da Fazenda Estadual) De acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modificam somente podem ser aprovadas nos casos apresentados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

A) Quando se relacionam com o serviço da dívida.

B) Quando se relacionam com os dispositivos do texto do projeto de lei.

C) Quando se relacionam com a correção de erros ou omissões.

D) Quando são compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

E) Quando indicam os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

(FGV - 2022 - SEFAZ-AM - Assistente Administrativo da Fazenda Estadual) De acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modificam somente podem ser aprovadas nos casos apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

A) Quando se relacionam com o serviço da dívida.

B) Quando se relacionam com os dispositivos do **texto** do projeto de lei.

C) Quando se relacionam com a **correção** de **erros** ou **omissões**.

D) Quando são **compatíveis** com o **plano plurianual** e com a **lei de diretrizes orçamentárias**.

E) Quando **indicam** os **recursos** necessários, admitidos apenas os provenientes de **anulação de despesas**, **excluídas** as que incidam sobre dotações para **pessoal** e seus encargos, serviço da **dívida** e **transferências tributárias** constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

(FGV - 2022 - TJ-DFT - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Os representantes do Poder Legislativo têm a competência de propor emendas aos projetos de PPA, de LDO e de LOA. Porém, as proposições de emendas precisam atender a alguns requisitos para serem aprovadas. No caso de emendas apresentadas ao projeto de LOA, um desses requisitos se refere a:

A) destinação a projeto ou atividade que não esteja em andamento em exercícios anteriores;

B) independência em relação aos dispositivos previstos no projeto de lei do orçamento;

C) indicação de recursos provenientes de anulação de dotações ou de excesso de arrecadação;

D) não incidência sobre dotação solicitada para despesas de custeio;

E) necessidade de destinação de 50% das emendas para ações e serviços públicos de saúde.

(FGV - 2022 - TJ-DFT - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Os representantes do Poder Legislativo têm a competência de propor emendas aos projetos de PPA, de LDO e de LOA. Porém, as proposições de emendas precisam atender a alguns requisitos para serem aprovadas. No caso de **emendas apresentadas** ao projeto de LOA, um desses **requisitos** se refere a:

A) destinação a projeto ou atividade que não esteja em andamento em exercícios anteriores;

B) independência em relação aos dispositivos previstos no projeto de lei do orçamento;

C) indicação de recursos provenientes de anulação de dotações ou de excesso de arrecadação;

D) não incidência sobre dotação solicitada para despesas de custeio;

E) necessidade de destinação de 50% das emendas para ações e serviços públicos de saúde.

(FGV - 2022 - TCE-TO - Analista Técnico - Ciências Contábeis) Um parlamentar ocupante de cadeira no Congresso Nacional apresentou uma emenda individual ao projeto de lei orçamentária anual da União. O projeto se enquadra nos limites de emendas individuais impositivas e se destina a enviar recursos ao seu Estado de origem, pelo qual foi eleito. Os recursos da emenda pretendida:

A) deverão integrar a receita do Estado da federação para fins de repartição;

B) deverão ser pelo menos 50% aplicados em despesa de capital;

C) não integrarão a receita do Estado da federação para fins de cálculo dos limites de endividamento;

D) poderão ser alocados somente por meio de transferência com finalidade definida;

E) poderão cobrir despesas com pessoal e encargos sociais relativas a servidores ativos, mas não a inativos.

(FGV - 2022 - TCE-TO - Analista Técnico - Ciências Contábeis) Um parlamentar ocupante de cadeira no Congresso Nacional apresentou uma emenda individual ao projeto de lei orçamentária anual da União. O projeto se enquadra nos limites de emendas individuais impositivas e se destina a enviar recursos ao seu Estado de origem, pelo qual foi eleito. Os recursos da emenda pretendida:

A) deverão **integrar** a receita do Estado da federação para fins de repartição;

B) deverão ser pelo menos **50**% aplicados em despesa de capital;

C) não integrarão a receita do Estado da federação para fins de cálculo dos limites de endividamento;

D) poderão ser alocados **somente** por meio de transferência com finalidade definida;

E) poderão **cobrir** despesas com pessoal e encargos sociais relativas a servidores ativos, mas não a inativos.

(FGV - 2023 - SMF-RJ - Fiscal de Rendas) Um Município recebeu recursos decorrentes de uma emenda parlamentar apresentada ao orçamento federal por um deputado eleito com apoio daquela unidade da federação. Os recursos da emenda foram alocados por meio de transferência especial e, nesse caso, o Município:

A) deve aplicar os recursos recebidos em área de competência do ente transferidor;

B) deve aplicar os recursos recebidos em investimentos da área de saúde e educação;

C) deve executar rigorosamente a programação estabelecida na emenda parlamentar;

D) é vedado de aplicar os recursos em ações executadas por meio de consórcios públicos;

E) pode firmar contratos de cooperação técnica para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos.

(FGV - 2023 - SMF-RJ - Fiscal de Rendas) Um Município recebeu recursos decorrentes de uma emenda parlamentar apresentada ao orçamento federal por um deputado eleito com apoio daquela unidade da federação. Os recursos da emenda foram alocados por meio de transferência especial e, nesse caso, o Município:

A) deve aplicar os recursos recebidos em área de competência do ente **transferidor**;

B) deve aplicar os recursos recebidos em investimentos da área de **saúde** e **educação**;

C) deve executar rigorosamente a programação estabelecida na **emenda parlamentar**;

D) é **vedado** de aplicar os recursos em ações executadas por meio de consórcios públicos;

E) pode firmar contratos de cooperação técnica para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos.

AFO

Professor Paulo Lacerda

@ProfessorPauloLacerda

IGEPP ONLINE